



ÁGUAS DE CONDESSA S.A.
CNPJ: 37.353.051/0001-07

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)			
Ativo		Nota 31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	15.930	4.399
Contas a receber de clientes	7	5.134	4.287
Estoques		68	93
Despesas antecipadas		68	28
Créditos com partes relacionadas	16	16	64
Tributos a recuperar		141	50
Outros ativos		1.140	7
		22.497	8.928
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	8	257	-
Depósitos judiciais		501	327
Imobilizado	9	473	503
Ativo de contrato	10	12.658	10.972
Intangível	11	14.772	10.312
		28.661	22.114
		51.158	31.042
Total do ativo			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		221	357
Empréstimos e financiamentos	12	26.031	12.681
Obrigações tributárias	13	264	155
Obrigações trabalhistas		558	502
Ônus da concessão		30	27
Débitos com partes relacionadas	16	123	115
Outras obrigações		351	232
		27.578	14.069
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	18.940	13.249
Provisões para contingências	15	76	338
		19.016	13.587
Patrimônio líquido			
Capital social		5.010	5.010
Prejuízo acumulado		(446)	(1.624)
		4.564	3.386
Total passivo e patrimônio líquido			
		51.158	31.042

a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. 3.2. **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. 3.3. **Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. 3.4. **Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. 3.5. **Intangível:** a) Sistema de água e esgoto: A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção e aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) Ônus da concessão: Refere-se ao ônus da concessão (outorga) registrado no ativo intangível (Nota 10), pago no início da concessão. A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. c) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. 3.6. **Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: **Ativos financeiros – custo amortizado:** São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. **Ativos financeiros – valor justo por meio do resultado:** São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. **Ativos financeiros – mensuração inicial:** No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. **Ativos financeiros – mensuração subsequente:** • **Custo amortizado:** esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente à perda de crédito e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • **Valor justo por meio do resultado:** os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Passivos financeiros – reconhecimento inicial:** Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. **Passivos financeiros – mensuração subsequente:** • **Custo amortizado:** são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • **Valor justo por meio do resultado:** são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; e • A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. 3.7. **Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o contábil pode não representar fielmente. Quando estas condições ocorrerem, o valor contábil é ajustado para não ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. 3.8. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. 3.9. **Tributos: Imposto de renda e contribuição social correntes:** A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **Tributos sobre as receitas:** As receitas de serviços estão sujeitas à Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, à alíquota de 1,65% e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, à alíquota de 7,60%. Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. 3.10. **Provisões:** Geralmente reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. **Provisões para riscos cíveis:** O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 3.11. **Receita operacional:** Receita de prestação de serviços: Receita relativa ao tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e

ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. ii) **Receitas de construção:** A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. 3.12. **Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multas vinculadas a operação. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros de empréstimos e financiamentos, juros de mútuo, juros sobre arrendamentos, atualização monetária das contingências, tributos sobre operações financeiras e descontos concedidos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido. 3.13. **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. CPC 50 – Contratos de seguro: uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica à Concessionária. CPC 23. Definição de estimativas contábeis: as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. Essa norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária. CPC 26 (R1) e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: as alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Concessionária, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Concessionária. Reforma tributária internacional (regras do modelo do pilar dois): Alterações no CPC 32: as alterações foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: (i) uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e (ii) requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária, pois a Concessionária não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano. 3.14. **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Concessionária, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Alterações ao CPC 06 (R2): Passivo de locação em um sale and leaseback (transação de venda e retro-arrendamento): as alterações foram para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantidade do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. A Concessionária não espera que tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras. CPC 26 (R1). Classificação de passivos como circulante ou não circulante: as alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Concessionária. Acordos de financiamento de fornecedores: Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): alterações para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. A Concessionária está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma a partir da vigência. 4. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em exercícios futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. Estimativas e premissas contábeis: As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: a) **Vida útil dos ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária. b) **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. c) **Provisão para perdas de crédito para contas a receber:** A Concessionária registra as perdas de crédito esperadas de contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Concessionária acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes. 5. **Gestão de risco financeiro:** 5.1. **Instrumentos financeiros por categoria:** A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

Classificação por categoria	Hierarquia	31/12/2023		31/12/2022		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	15.863	15.863	4.361	4.361
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	257	257	-	-
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	5.134	5.134	4.663	4.663
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	16	16	-	-
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	221	221	357	357
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	44.971	44.971	25.930	25.930
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	30	30	27	27
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	123	123	115	115

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária. 5.2. **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. **Risco de taxas de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansões. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e empréstimos e financiamentos (sem os custos de transação) utilizou as projeções do CDI e IPCA para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica Focus, do Banco Central do Brasil e do Banco Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor			
		Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	15.863	17.273	17.625	17.979
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	257	280	286	291
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	CDI	(25.917)	(28.221)	(28.796)	(29.374)
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(19.588)	(20.346)	(20.536)	(20.726)
Passivo líquido		(29.385)	(31.014)	(31.421)	(31.830)
Efeito líquido		(13.899)	(14.236)	(14.530)	(14.835)
CDI (a 2%)		3.899%			
IPCA (a 2%)		3.979%			

5.3. **Risco de liquidez:** É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos

Demonstrações dos resultados			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
		Nota 31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida			
Custo dos serviços prestados	18	25.683	23.513
Lucro bruto	19	(14.247)	(14.924)
Receitas (despesas) operacionais		11.436	8.589
Despesas gerais e administrativas	20	(7.093)	(6.605)
Outras receitas operacionais		15	88
		(7.078)	(6.517)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		4.358	2.072
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	1.367	638
Despesas financeiras	21	(4.491)	(3.043)
		(3.124)	(2.405)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.234	(333)
Imposto de renda e contribuição social – correntes	14a	(56)	-
Lucro (prejuízo) do exercício		1.178	(333)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos 1º de janeiro de 2022	5.010	(1.291)	3.719
Prejuízo do exercício	-	(333)	(333)
Saldos 31 de dezembro de 2022	5.010	(1.624)	3.386
Lucro do exercício	-	1.178	1.178
Saldos 31 de dezembro de 2023	5.010	(446)	(4.564)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstração dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
		31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		1.234	(333)
Ajustes para reconciliar o prejuízo e o fluxo de caixa líquido:			
Depreciação e amortização		570	429
Juros sobre empréstimos, financiamentos e amortização de custos de transação		4.055	2.611
Juros e IOF sobre mútuo		-	206
Atualização monetária das contingências		(8)	11
Perdas de crédito das contas a receber		401	614
Provisão (reversão de) para contingências		(254)	327
Variações no ativo e passivo			
Contas a receber de clientes		(1.248)	(1.662)
Estoques		25	26
Depósitos judiciais		(174)	(184)
Tributos a recuperar		(91)	(31)
Despesas antecipadas		(40)	29
Outros créditos		(1.133)	(6)
Aplicações financeiras vinculadas		(257)	35
Fornecedores		(136)	-
Obrigações tributárias		61	(6)
Obrigações trabalhistas		56	145
Ônus da concessão		3	15
Partes relacionadas, líquidas		56	(30)
Outras obrigações		119	154
		3.239	2.350
Imposto de renda e contribuição social pagos		(9)	(8)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos		(4.160)	(1.779)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		(930)	563
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao imobilizado		(75)	(273)
Adições ao ativo de contrato e intangível		(6.219)</	



ÁGUAS DE CONDESSA S.A.

CNPJ: 37.353.051/0001-07

suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de desca-
samento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A
abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida
do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações
no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas
inevitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo
demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem
os custos de transação relativos às debêntures, em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(valores não descontados):

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	221	221	-	-
Empréstimos e financiamentos	45.505	26.050	-	19.455
Onus da concessão	30	30	-	-
Débitos com partes relacionadas	123	123	-	-
	45.879	26.424	-	19.455
	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	357	357	-	-
Empréstimos e financiamentos	25.976	12.726	13.250	-
Onus da concessão	27	27	-	-
Débitos com partes relacionadas	115	115	-	-
	26.475	13.225	13.250	-

5.4. Gestão de capital: Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de avançamento financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de avançamento financeira em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser assim resumidos:

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	44.971	25.930
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(15.930)	(4.399)
Dívida líquida (a)	29.041	21.531
Total do patrimônio líquido (b)	4.564	3.386
Total do capital (a+b)	33.605	24.917
Índice de avançamento financeira – % [a/(a+b)]	86,42%	86,41%

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	67	38
Aplicações financeiras	15.863	4.361
	15.930	4.399

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **7. Contas a receber de clientes:** As contas a receber correspondem aos serviços de distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários e são registradas após aferição do consumo efetivo dos serviços, acrescidos de estimativa de receitas oriundas dos serviços que ainda não foram faturados. As contas a receber estão compostas como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Clientes (a)	4.164	3.521
Clientes – parcelamento (b)	1.035	1.084
Pontos arrecadadores (c)	105	58
Perdas de créditos das contas a receber	(170)	(376)
	5.134	4.287

(a) Representa o saldo de contas emitidas, além dos valores ainda não faturados (Ajuste por Competência). (b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) São agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer		
Faturado	1.533	1.205
Não faturado	1.061	690
Vencidas		
Até 30 dias	952	847
De 31 a 60 dias	275	281
De 61 a 90 dias	157	182
De 91 a 180 dias	317	366
Mais de 180 dias	1.009	1.092
	5.304	4.663

8. Aplicações financeiras vinculadas: O montante de R\$ 257 em 31 de dezembro de 2023 corresponde à aplicação financeira mantida em conta reserva, de titularidade da Águas da Condessa S.A., constituída em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em atendimento às obrigações definidas no “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos e Outras Avenças” em dezembro de 2022.

9. Imobilizado

	Taxa de depreciação anual	31/12/2023	31/12/2022
Máquinas e Equipamentos	20%	3	3
Equipamentos de informática	20%	325	183
Veículos	20%	102	68
Móveis e utensílios	10%	271	219
		701	473

Movimentação do imobilizado

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2023
Máquinas e Equipamentos	3	-	-	3
Equipamentos de informática	201	41	(59)	183
Veículos	88	-	(20)	68
Móveis e utensílios	211	34	(26)	219
	503	75	(105)	473

10. Ativo de contrato

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2023
Infraestrutura em construção	10.972	6.573	(4.887)	12.658
	10.972	6.573	(4.887)	12.658

As transferências ocorridas no exercício de 2023 e 2022 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

11. Intangível

	Taxa de amortização anual	31/12/2023	31/12/2022
Softwares e aplicativos	20%	29	15
Outorga	2,87%	10.000	9.139
Concessão/Infraestrutura		5.891	5.618
		15.920	14.772

Os valores reconhecidos na linha de concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras: Aos Administradores da Águas de Condessa S.A. Rio de Janeiro – RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Condessa S.A. (“Concessionária”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colúquio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, xx de março de 2024. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/ Ltda. - CRC SP-015199/F; Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1R/090174/O

no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2023 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2023	31/12/2022
Amortização acumulada	705	(169)
Valor líquido	536	564
Captação	273	(11)
Booster	229	(5)
Substituição/expansão de rede de água	3.997	(69)
Ligação de água	687	(19)
	5.891	(273)
	5.618	865

Movimentação do intangível

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Amortizações	Transferências	Saldos em 31/12/2023
Softwares e aplicativos	21	6	(6)	-	15
Outorga	9.426	-	(287)	-	9.139
Concessão/Infraestrutura	865	38	(172)	4.887	5.618
	10.312	38	(465)	4.887	14.772

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortizações	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Softwares e aplicativos	21	6	(6)	-	21
Outorga	9.713	-	(287)	-	9.426
Concessão/Infraestrutura	577	48	(62)	302	865
	10.311	54	(355)	302	10.312

As transferências ocorridas no exercício de 2023 e 2022 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

12. Empréstimos e financiamentos

	Linhas de crédito	Indexador	Juros	31/12/2023	31/12/2022
FINEM (a)	IPCA	7,21% e 7,63% a.a.	19.588	-	-
Capital de giro (b)	CDI	1,71% e 1,85% a.a.	25.917	25.976	-
(-) Custos de transação			(534)	(46)	-
Total de empréstimos e financiamentos			44.971	25.930	-
Circulante			26.031	12.681	-
Não circulante			18.940	13.249	-

(a) A linha de crédito FINEM foi obtida em 2022 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES com R\$ 53.383 de valor contratado. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 48 (quarenta e oito) meses, para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimento final para 2052. Esta operação tem como objetivo a implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário, modernização e expansão do Sistema de Abastecimento de Água, melhorias operacionais visando redução de perdas e outros investimentos no Município de Paraíba do Sul e possui como garantia cessão fiduciária de direitos creditórios, conta reserva e Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (controladora) como interveniente garantidor. (b) Em junho de 2021 a Concessionária contratou empréstimo de capital de giro no valor de R\$ 13.249, tendo a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. como devedor solidário. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 11 (onze) meses para amortização do principal, com pagamento de juros semestrais, com vencimento final para junho de 2024. Em agosto de 2022 a Concessionária captou R\$ 12.000 de capital de giro, com vencimento para fevereiro de 2023. O contrato foi aditado e o vencimento prorrogado para fevereiro de 2024. A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Empréstimos e financiamentos

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	25.929	13.234
Captações	19.300	12.000
Custo de transação	(545)	(137)
Juros e encargos financeiros	4.391	2.417
Apropriação de custo de transação	56	195
Amortização de juros	(4.160)	(1.779)
Saldo final	44.971	25.930

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Empréstimos e financiamentos	
	31/12/2023	31/12/2022
	Custos de transação	Total
	Dívida transação	Dívida líquido
2024	-	13.249
2025	(18)	(18)
2026	62	44
Após 2026	19.393	18.914
	19.455	18.940

13. Obrigações tributárias: Os impostos e contribuições estão assim representados:

	31/12/2023	31/12/2022
PIS/COFINS/CSLL retidos	14	6
ISS	6	12
IRRF	27	24
PIS	30	20
COFINS	141	93
IRPJ	34	-
CSLL	12	-
	264	155

14. Imposto de renda e contribuição social: a) Conciliação da taxa efetiva

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.234	(333)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social – alíquotas vigentes (Adições) exclusões no cálculo do tributo	(419)	113
Permanentes (despesas indedutíveis)	-	(56)
Efeito referente a alíquota de adicional do imposto de renda	24	-
Créditos fiscais sobre despesas temporárias não contabilizados	302	(57)
Créditos fiscais sobre prejuízos fiscais não contabilizados	35	-
Incentivo Empresa Cidadã (Lei nº 11.770/08)	1	-
Programa de Alimentação do Trabalhador (Decreto nº 3.000/99)	1	-
Total do imposto de renda e da contribuição social	(56)	-
Alíquota efetiva	4,5%	-

15. Provisão para contingências: As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais. As provisões para contingências estão assim demonstradas:

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	76	338
	76	338

Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A Concessionária possui processos judiciais e administrativos, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	1.587	2.290
Trabalhistas	60	54
	1.647	2.344

Processo 006007-76.2021.8.19.0063: O Edital da licitação dos Serviços de Saneamento Básico de Paraíba do Sul previa que a empresa vencedora deveria manter entendimento com a Autarquia SAAETRI, de Três Rios, para aquisição de água, porque o Bairro Barão de Angra encontra-se geograficamente distante do Centro de Paraíba do Sul e próxima ao limite territorial com o Município de Três Rios, sendo a solução histórica adotada a compra de água do SAAETRI para abastecimento do Bairro. Vencida a licitação, a Concessionária Águas da Condessa deu seguimento ao abastecimento realizado para o Bairro Barão de Angra, com recebimento da rede de abastecimento do Município vizinho e distribuindo a água aos moradores. Porém, verificou-se que o SAAETRI realiza a cobrança em face de Águas da Condessa como se esta fosse um único imóvel residencial, sendo que a água recebida através da ligação abastece aproximadamente 250 imóveis. A consequência da forma de cobrança praticada pelo SAAETRI é que Águas da Condessa pagaria o valor de R\$ 5,02 (cinco reais e dois centavos) por metro cúbico de água, em razão da progressividade tarifária decorrente do cadastro da ligação como residencial, enquanto que Águas da Condessa recebe, em média R\$ 3,43 (três reais e quarenta e três centavos) por metro cúbico de água de seus consumidores, porque a maioria consome dentro da primeira faixa de consumo

da estrutura tarifária, na qual não há a progressividade de tarifa. Portanto, estabeleceu-se um desequilíbrio na água adquirida a R\$ 5,02/m³ (cinco reais e dois centavos por metro cúbico) para ser vendida a R\$ 3,43/m³ (três reais e quarenta e três centavos por metro cúbico). Considerando que a destinação da água adquirida do Município vizinho não é para uma unidade residencial, Águas da Condessa requereu, administrativamente, a adequação do valor ao serviço que de fato é realizado, qual seja, aquisição de água por atacado, o terminou por ser negado pelo SAAETRI em razão da alegação de falta de previsão na Estrutura Tarifária deles. Assim, distribuiu-se a presente demanda para que o Judiciário determine o valor do preço da água a ser praticado entre o SAAETRI e Águas da Condessa, sendo requerido pela Concessionária, e deferido, que se praticasse o valor de R\$ 1,70/m³ (um real e setenta centavos por metro cúbico), depositado em juízo mensalmente. Por essa razão, os valores que são depositados mensalmente em juízo referem-se ao pagamento do incontroverso. Atualmente, o processo encontra-se aguardando a entrega do laudo pericial pelo perito designado pelo juízo. **16. Partes relacionadas:** Os diretores são as pessoas-chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve pagamentos referentes à remuneração da administração (R\$ 4 pagos em 31 de dezembro de 2022). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	-	3
Encargos sociais	-	1
	-	4

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi pago valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Ativo circulante:

Créditos com partes relacionadas (a)

Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.

Débitos com partes relacionadas (a)

Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.

Resultado com partes relacionadas

Custos

Análises laboratoriais

Águas do Imperador S.A.

Despesas

Contrato de gestão (Management Fee) (a)

Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.